

CONCLUSÃO

O que se investigou nesse trabalho foi como a arquitetura contribuiu – e tem contribuído – tanto para o estabelecimento quanto para a afirmação da “Indústria Cultural”, definida e analisada por Theodor Adorno e Max Horkheimer, na obra *Dialética do Esclarecimento*, em 1947, mas que se encontra em pleno vigor nos dias atuais. A hipótese que se analisou foi que essa inserção da arquitetura no âmbito dos negócios, com a sua transformação em mercadoria, fez parte de um processo de racionalização e de instrumentalização dos seus procedimentos e da sua concepção, que se inseriu dentro do desenvolvimento racional, bem como do processo de instrumentalização da razão ocorridos na sociedade ocidental. Esse trabalho se estruturou em três partes que se inter-relacionam, tendo sido dividido em três capítulos.

No primeiro capítulo, buscou-se, primeiramente, fazer uma “construção” do conceito de indústria cultural, a partir daquilo que Adorno e Horkheimer denominaram “Esclarecimento”, para, em seguida, empreender uma melhor compreensão das formas de atuação dessa indústria. Para tanto, analisou-se o processo de racionalização na sociedade, dando ênfase ao desenvolvimento científico, à expansão do seu padrão de raciocínio a todas as esferas da vida, além da limitação do desenvolvimento racional a uma racionalidade técnica ou instrumental, que possibilitou aos homens uma dominação da natureza, sem precedentes, mas que também se converteu em dominação dos próprios homens.

Sendo essa racionalidade instrumental determinada, em larga medida, pelo modo de produção capitalista, a sua ampliação para o âmbito cultural, fez com que não apenas a cultura fosse abarcada pelos interesses econômicos, mas, sobretudo, que ela se tornasse parte fundamental desse setor. A partir do surgimento da indústria cultural, ocorreu a submissão da produção cultural aos princípios da lógica rentável, fazendo com que todos os aspectos da

vida, inclusive as relações sociais, se inserissem no aparelho produtivo, sendo de alguma maneira determinados por ele. Nessa perspectiva, a indústria cultural passou a se organizar através da criação de um modelo de cultura que não se restringiu apenas à fabricação e à distribuição de produtos, mas, principalmente, à difusão de valores, modos de vida e padrões de conduta, que mantêm os indivíduos nas condições adequadas à continuidade do sistema econômico, de maneira inalterada. A manipulação das consciências individuais realizada pela difusão, em massa, das ideologias favoráveis aos interesses capitalistas gerou – e tem gerado – como resultado a manutenção dos indivíduos sob controle, a limitação da autonomia individual, a restrição da possibilidade de formação de uma consciência crítica e, juntamente com isso, inviabilizou, em boa medida, o questionamento desse estado de coisas, garantindo a sua continuidade.

No segundo capítulo, analisou-se como o processo de racionalização da sociedade repercutiu na arquitetura, alterando a sua concepção e as suas operações. A partir da introdução do *projeto*, teve início uma fragmentação da arquitetura que se deu, inicialmente, no Renascimento e que teve seu ápice na Revolução Industrial. A quebra da “totalidade” arquitetônica resultou no rompimento como o modo de produção tradicional, que se estabelecia a partir do trabalho coletivo e onde os construtores – artesãos – possuíam certa autonomia de criação do objeto arquitetônico. A reprodução da divisão do trabalho, no interior do processo produtivo da arquitetura, estabeleceu o projetista como o detentor do controle completo sobre a produção, cujo desenho passou a determinar todas as etapas dessa produção, que semelhantemente ao processo industrial, segue a técnica da montagem e da divisão sistemática do trabalho.

Por outro lado, essa fragmentação criou ainda uma outra ruptura na concepção arquitetônica, separando a produção da arquitetura propriamente dita, da concepção de cidade. Como o esclarecimento se orientou no sentido da separação entre os domínios estéticos,

científicos e éticos e no estabelecimento da especialização, o reflexo disso na arquitetura foi a ocorrência da separação dos seus aspectos formais e funcionais, levando os arquitetos a voltar suas preocupações para a beleza, enquanto que as questões referentes à organização do território urbano foram delegadas a técnicos, cientistas e engenheiros, que por sua vez, reproduziram no espaço urbano a mesma racionalidade científica utilizada para fins de conhecimento. Sob esse aspecto, tomada como dado, a realidade urbana, e por extensão, a social, sofreu uma desqualificação, passando a ser orientada por critérios totalizadores e que desconsideravam características inerentes à cultura: o dinamismo, as contradições, os valores e a memória. O resultado disso foi a criação de espaços opressores e por vezes definidos em função de interesses dos sistemas econômico e político.

O surgimento da Arquitetura Moderna também fez parte do desenvolvimento do esclarecimento, refletido na arte, que em busca da sua autonomia, rompeu com as determinações extra-estéticas, tais como valores e padrões de gosto advindos da tradição. Mesmo tentando reunir os pólos opostos da produção arquitetônica – forma e função – a arquitetura moderna deu continuidade ao processo de fragmentação arquitetônica, onde as partes do edifício passaram a ser produzidas separadamente, sendo a sua produção coordenada com os procedimentos industriais. Além disso, no momento em o desenvolvimento tecnológico apontava para a possibilidade de proporcionar melhores condições de vida a toda a humanidade, através da produção em série da arquitetura, os arquitetos modernos visaram abrigar todos os indivíduos de maneira digna. Orientada pela utopia de transformar todos os modos de vida e de estender os benefícios decorrentes do desenvolvimento industrial à sociedade como um todo, a arquitetura moderna, com a sua crença na racionalidade industrial, modificou o próprio modo de ocupação dos espaços, prescrevendo a racionalização dos hábitos e até dos movimentos dos seus usuários. Desse modo, os espaços passaram a ser concebidos sob a premissa da máxima funcionalidade, tanto no âmbito das edificações quanto

no território urbano, cujas cidades propostas se organizaram a partir das funções básicas: habitar, trabalhar, recrear e circular. Uma vez que a produção da “Nova Arquitetura” se inseriu no contexto de recusa de ornamentos, característico das vanguardas artísticas, ela também deu lugar a um novo padrão estético, mais apropriado aos novos materiais e à tecnologia industrial. Seja nos objetos arquitetônicos, seja nos utilitários, a beleza de um objeto passou a orientar no sentido da adequação entre a sua função e a forma mais adequada.

No terceiro capítulo, verificou-se a inserção da arquitetura na dinâmica do sistema econômico, com favorecimento desse setor e abrindo as possibilidades para a afirmação da indústria cultural. Sob esse aspecto, a própria racionalização da arquitetura, propiciada pelo movimento moderno, contribuiu para a legitimação dos processos industriais, tanto por meio da utilização dos seus procedimentos na concepção arquitetônica e dos objetos de uso quanto pela difusão de uma ideologia progressista vinculada a esses procedimentos. Do mesmo modo porém, com que a razão tendeu a ser instrumentalizada na sociedade ocidental, a racionalização da arquitetura também favoreceu a sua própria operacionalização, no sentido da manutenção do controle sobre os indivíduos e da instauração de um ordenamento físico e social adequados à produção, à distribuição e ao consumo de mercadorias e serviços.

Nesse sentido, a arquitetura moderna não conseguiu realizar, na prática, os seus ideais utópicos, sendo que o sistema econômico somente aceitou aqueles resultados da pesquisa moderna que pudessem lhe favorecer. Isso aponta para o fato de que os problemas identificados pelos arquitetos modernos – e que se prolongam ainda nos dias atuais – não se resumiam a questões de espaço ou de estética adequados, mas diziam respeito aos antagonismos sociais inerentes ao próprio sistema capitalista e sobre os quais “nem a mais forte das arquiteturas tem poder” (ADORNO, 1967, 16).

Após a transformação da arquitetura moderna em “Estilo Internacional”, momento em que os seus impulsos utópicos e sociais foram ignorados e os seus aspectos técnicos e

funcionais passaram a ser considerados como um fim em si mesmos, a arquitetura não apenas se tornou um produto da indústria cultural, mas também parte fundamental dessa indústria, convertendo-se em um dos seus promotores. A própria possibilidade de reprodução em série da arquitetura, inaugurada pelo movimento moderno, favoreceu o mercado imobiliário – braço estratégico da indústria cultural – para quem a padronização e a repetição serviram convenientemente para a geração de lucros. Nesse sentido, a própria inserção da arquitetura na esfera da especialização, passando sua concepção a ser condicionada à visão dos especialistas, contribuiu para o agravamento do quadro. O resultado disso foi não apenas a exclusão dos usuários, da determinação dos ambientes e dos objetos utilizáveis, de modo que as suas necessidades particularizadas pudessem ser verdadeiramente atendidas, mas também a própria reprodução de mecanismos favoráveis ao sistema econômico, visto que tais profissionais não possuem nenhum controle sobre o ciclo produtivo e nele se inserem como meros “funcionários”. Tendo isso em vista e considerando a própria produção em massa da arquitetura, os próprios especialistas contribuem para a promoção de espaços opressores, cuja concepção tende a diminuir a autonomia dos seus usuários, insuflando-lhes um comportamento adaptado.

Desde então, todos os recursos utilizados pela indústria cultural – fetichismo, absorção da radicalidade artística, manipulação dos elementos formais, promoção do comportamento homogêneo e passivo, além da indução dos indivíduos a se adaptarem ao esquematismo da produção – podem ser identificadas na produção arquitetônica, principalmente, a partir do surgimento da chamada arquitetura pós-moderna, que se estabelece em conformidade com as determinações do capitalismo global. As análises realizadas sobre as moradias, os espaços de trabalho, de lazer e também sobre o espaço público atual nos demonstram a importância das ações da arquitetura para a promoção das condições adequadas à própria difusão da indústria cultural. A conclusão que se tira é que a arquitetura contribui para a indústria cultural através

da sua postura *positiva* em relação às manobras do sistema econômico, dificultando a possibilidade de crítica por parte dos indivíduos e, por extensão, obliterando o próprio rompimento com o *status quo*.